

Ata n.º 2

Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior, conforme caracterização no mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, na Delegação Regional da Península de Setúbal (DRPS), na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado

Aos 26 dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, por videoconferência, o júri designado por despacho do Diretor Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, datado de 22 de julho de 2022, deu seguimento aos trabalhos relativos ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho do mapa de pessoal da DRAPLVT, na Delegação Regional da Península de Setúbal (DRPS) na carreira e categoria de técnico superior, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, restrito a trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

Tomaram parte nas presentes deliberações os seguintes elementos do júri:

Presidente: João Nuno Navarro de Castro Faria, Delegado Regional da Península de Setúbal;

1ª Vogal Efetiva: Ana Maria Gonçalves de Oliveira Rodrigues Faustino Arsénio, Diretora de Serviços de Desenvolvimento Agroalimentar e Rural, que substituirá o Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos;

2º Vogal Efetivo: Rui Manuel Gonçalves Paulo, técnico superior da Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos (enquanto representante dos Recursos Humanos).

O Presidente do júri deu início à reunião, propondo a seguinte ordem de trabalhos, que foi aceite por unanimidade:

I. Análise das candidaturas

II. Deliberação sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso

III. Decisão sobre os métodos de seleção a aplicar

IV. Marcação da data dos métodos de seleção

V. Regras sobre o material de consulta a utilizar durante a prova

VI. Notificação aos candidatos

I. Análise das candidaturas

1. O júri verificou que se apresentaram a concurso 3 candidatos a seguir identificados:

- André Filipe da Cunha Campos
- Tiago Gil Ventura da Veiga
- Víctor Manuel Rosa Pereira Candeias

2. O júri procedeu à análise das candidaturas ao abrigo da legislação em vigor, nomeadamente dos artigos 34.º e 35.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, abreviadamente designada por LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dos artigos 19.º e 20.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na redação atual e da Oferta de Emprego OE202209/0970, publicitada na Bolsa de Emprego Público no dia 28 de setembro de 2022.

II. Deliberação sobre a admissão ou exclusão dos candidatos a concurso

1. Relativamente ao ponto n.º 2 da ordem de trabalhos o júri, depois de analisar os processos de candidatura, conjugados com a oferta de emprego e demais legislação, deliberou admitir ao presente procedimento os candidatos a seguir identificados:

- André Filipe da Cunha Campos
- Tiago Gil Ventura da Veiga
- Víctor Manuel Rosa Pereira Candeias

III. Decisão sobre os métodos de seleção a aplicar

1. Dos candidatos admitidos ao presente procedimento concursal, e analisadas as respetivas candidaturas, verificou-se que não se encontram no desempenho de funções e atividades caraterizadoras do posto de trabalho em causa.
2. Para os candidatos identificados na lista acima, serão adotados como métodos de seleção, a Prova de Conhecimentos (PC) e a Entrevista Profissional de Seleção (EPS), conforme detalhe da Oferta de Emprego com o Código: OE202209/0970.
3. Ainda nos termos do artigo 7.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, os métodos de seleção serão aplicados num único momento.

IV. Marcação da data dos métodos de seleção

O júri deliberou marcar os métodos de seleção para o dia 11 de novembro de 2022, pelas 10H30 para a Prova de Conhecimentos (PC) e pelas 15H00 para a Entrevista Profissional de Seleção (EPS), nas instalações da DRAPLVT, no Polo de Setúbal na Quinta da Várzea, Estrada dos Ciprestes, 2900 - 315 Setúbal.

Através da Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos designar-se-ão dois elementos para supervisionar a referida prova de conhecimentos.

V. Regras sobre o material de consulta a utilizar durante a prova

O júri deliberou que não pode ser utilizado qualquer meio eletrónico durante a sua realização.

Desta decisão deve ser dado conhecimento aos candidatos aquando da notificação da data da prova e da entrevista.

VI. Notificações aos candidatos

Ao abrigo da alínea c) do número 1 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) conjugado com a alínea a) do artigo 10.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua redação atual, deliberou o júri promover a notificação de todos os candidatos, através de correio eletrónico com recibo de entrega da notificação, informando da disponibilização da presente ata na página eletrónica da DRAPLVT.

Todas as deliberações desta reunião foram tomadas por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi elaborada a presente ata que vai ser assinada por todos os membros do júri.

Presidente

João Nuno Navarro de Castro Faria

1ª Vogal Efetiva

Ana Maria Goncalves de Oliveira Rodrigues Faustino Arsénio

2ª Vogal Efetivo

Rui Manuel Gonçalves Paulo